

## GASTO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE GRANDE PORTE

Bruno Henrique Souza de Andrade<sup>1</sup>

Eduarda Augusta Sales Rodrigues Gomes da Silva<sup>2</sup>

Abmael de Jesus Barros Costa<sup>3</sup>

Nyalle Barboza Matos<sup>4</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa objetiva identificar, dentre as variáveis contábeis selecionadas, quais são condicionantes do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para os municípios brasileiros de grande porte. Nesse contexto, defende-se que as informações contábeis obtêm potencial informacional otimizado quando de sua integração com outras variáveis econômicas ou sociais e, desse modo, os procedimentos metodológicos adotados testaram o relacionamento entre a alocação dos gastos públicos e os indicadores sociais de desenvolvimento. O cruzamento dos dados do indicador de desenvolvimento IFDM com as despesas segregadas por função foi realizado em uma amostra de 252 municípios entre o período 2005 a 2013. No que diz respeito ao modelo econométrico, utilizou-se regressão com dados em painel e, como resultado, verificou-se que as despesas pertencentes às funções saneamento e habitação apresentam significância estatística, ou seja, os valores dispendidos nessas duas áreas de atuação governamental afetam o IFDM. Nesse sentido, entende-se que as maiores contribuições deste trabalho para a sociedade estão relacionadas às reflexões sobre a gestão dos recursos públicos por parte dos governantes e a relevância das informações contábeis para o acompanhamento dessa gestão por parte dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Municipal. Informações Contábeis. Despesas por função.

**ABSTRACT:** This research aims to identify, among some selected accounting variables, which are constraints of the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) for large Brazilian municipalities. In this context, we argue that accounting information obtains optimized informational potential when it is integrated with other economic or social variables and, thus, the methodological procedures adopted tested the relationship between the allocation of public spending and the social indicators of development. The cross-referencing of the IFDM development indicator data with the expenditure segregated by function was performed in a sample of 252 municipalities between the period 2005 to 2013. Regarding the econometric model, regression with panel data was used and as a result, it was verified that the expenses pertaining to the sanitation and housing functions are statistically significant, that is, the amounts spent in these two areas of government affect the IFDM. In this sense, we argue that the greatest contributions of this work to society are related to the reflections on the management of public resources by the government and the relevance of the accounting information for the monitoring of this management by the citizens.

**Keywords:** Municipal Development. Accounting Information. Expenses by function.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnU. Dr em Eng de Transportes pela UnB.

<sup>4</sup> Doutoranda em Contabilidade UnB. Mestre em Contabilidade pelo Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação UFPB/UnB/UFRN

## 1. INTRODUÇÃO

O progresso de uma região e a evolução nas condições de vida de sua população não podem ser medidos meramente por dimensões econômicas (SCARPIN, 2006; SOUSA, 2014; OLIVEIRA, 2016). Desse modo, entende-se que fatores econômicos quantitativos, tais como PIB, PIB *per capita*, Renda, Renda *per capita* e investimentos, embora possam ser eficientes para aferir crescimento econômico, não refletem adequadamente o desenvolvimento social, pois este está relacionado a questões como a qualidade de vida e o bem-estar da população (SANTOS FILHO, 2010).

Nesse sentido, verifica-se não serem recentes as iniciativas que objetivam encontrar medidas econômicas que em conjunto com medidas sociais possam analisar dimensões fundamentais da vida e da condição humana (SCARPIN, 2006; AVELINO, BRESSAN, CUNHA, 2013; SOUSA, 2014). Entende-se que uma grande contribuição para avanços no estabelecimento de medidas dessa natureza foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual verifica o grau de desenvolvimento de um país baseando-se na combinação de componentes do desenvolvimento humano.

Scarpin (2006) observa que é dever do administrador público eleito pela população gerir as finanças públicas de modo que haja uma maximização do desenvolvimento social. Assim, entende-se que as análises envolvendo variáveis como receitas e gastos públicos devem transcender o prisma econômico, de forma que seja possível a mensuração do desenvolvimento da sociedade de uma maneira mais abrangente. Na visão de Sousa (2014), as informações contábeis, reconhecidas como de primordial importância para a tomada de decisão dos gestores de políticas públicas e para o acompanhamento da sociedade, obtêm potencial informacional otimizado quando de sua integração ou estudo de suas relações junto a outras variáveis econômicas ou sociais, como os índices de desenvolvimento humano.

Conforme Rezende, Slomski, Corrar (2005), medidas que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas de investimentos sociais e propiciem entendimento sobre os níveis de desenvolvimento podem promover o alinhamento entre a atuação das instituições públicas e o anseio dos cidadãos. Nesse contexto, verifica-se que os obstáculos a esse alinhamento podem ser abordados por meio da Teoria da Agência, a qual é capaz de elucidar aspectos de relações em que o detentor de determinada

propriedade ou direito delega os poderes sobre essa propriedade ou direito para uma outra parte (NASCIMENTO, BIANCHI, 2005).

Desse modo, na perspectiva da efetividade dos gastos públicos e seus impactos na sociedade, surge o seguinte problema de pesquisa: Em quais áreas de atuação governamental o gasto público influencia no IFDM dos municípios de grande porte? Para responder este problema, este estudo objetiva identificar, dentre as variáveis contábeis selecionadas, quais são condicionantes do IFDM no âmbito dos municípios brasileiros de grande porte, e que contribuem, consequentemente, na qualidade de vida da população em termos desenvolvimento socioeconômico na perspectiva deste indicador. Além disso, ressalta-se que o presente estudo segue as sugestões feitas pela pesquisa de Avelino et al. (2013) e que algumas modificações foram realizadas, tais como: a seleção mais rigorosa das variáveis do modelo; a ampliação no tamanho da amostra e a ampliação do período analisado.

A pesquisa se justifica pela sua contribuição na análise do relacionamento entre gasto público e o IFDM (como indicador de desenvolvimento). Além disso, embora outros autores já tenham explorado essa relação, observa-se que a maior parte das pesquisas se concentrou em uma amostra menor, abarcando apenas as capitais ou uma região específica do país. Nesse contexto, uma análise envolvendo todos os municípios de grande porte poderá auxiliar na compreensão dessa relação em âmbito nacional.

## **2. FUNDAMENTO TEÓRICO**

### **2.1. Indicadores Sociais e Gestão Pública**

Os indicadores sociais possibilitam o conhecimento da realidade brasileira e, especialmente, permitem avaliar a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos sociais (IBGE, 2007). Por isso, a compreensão do processo de formação dos indicadores sociais e dos fatores que contribuem para a sua composição podem ser ferramentas valiosas para os gestores públicos (SANTOS FILHO, 2010).

Em razão da importância do papel do poder público no desenvolvimento econômico e social de uma nação, e para evidenciar a responsabilidade social dos municípios, torna-se imprescindível o desenvolvimento de métricas que possibilitem a

mensuração dos investimentos sociais e seus impactos na sociedade (REZENDE, SLOMSKI, CORRAR, 2005). Assim, observa-se que a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990, representou uma grande contribuição no sentido de analisar conjuntamente medidas econômicas e sociais na verificação do grau de desenvolvimento dos países (SCARPIN, SLOMSKI, 2006). A partir da metodologia do IDH, puderam ser desenvolvidos indicadores direcionados aos municípios brasileiros como, por exemplo, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), um instrumental de acompanhamento anual do desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros.

A leitura dos resultados de desenvolvimento socioeconômico varia de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade (FIRJAN, 2010). Com base nessa metodologia, o Sistema FIRJAN estipulou as seguintes classificações:

- a) municípios com IFDM entre 0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- b) municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;
- c) municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- d) municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

De acordo com Avelino et al. (2013), tal indicador permite a orientação de ações públicas e o acompanhamento de seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios, constituindo-se em uma importante ferramenta de gestão pública.

### **2.3 Gasto Público *Versus* Desenvolvimento Municipal no Universo Acadêmico**

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm buscado analisar a relação entre gastos públicos e o desenvolvimento de municípios. A relevância de tais pesquisas consiste no impacto que podem promover na sociedade, uma vez que possuem a capacidade de informar os gestores públicos a respeito dos resultados de suas estratégias de alocação de recursos nos indicadores sociais e, ao mesmo tempo, permitir que os cidadãos avaliem o trabalho daqueles que foram escolhidos para gerir os recursos locais.

Nesse contexto, destaca-se o trabalho de Oliveira (2016), que investiga se as despesas públicas municipais são eficientes quanto a proporcionar desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. O pesquisador argumenta que as despesas públicas municipais apresentam potencial na melhoria na qualidade de vida da

sociedade, entretanto observa que, em geral, elas têm pequeno poder explicativo no desenvolvimento humano dos municípios. A discussão sobre o pequeno poder explicativo das despesas públicas no desenvolvimento dos municípios gira em torno de dois fatores elencados pelo autor, sendo: (i) a eventual má alocação dos recursos devido a escolhas públicas inadequadas; (ii) a necessidade de analisar o impacto dessas despesas junto com as dos demais entes federativos, para melhor captar o impacto do setor público no bem-estar da sociedade.

Avelino et al. (2013) objetivaram discutir se uma boa administração das contas públicas municipais resulta em um aumento no nível de desenvolvimento dos municípios estudados e, para tanto, avaliaram o impacto das informações contábeis no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Para atingir o objetivo, os pesquisadores estimaram um modelo de dados em painel a partir do cruzamento dos dados do IFDM das capitais brasileiras, referente aos exercícios de 2005 a 2010, com os dados de dezessete variáveis contábeis. Os resultados mostraram que algumas variáveis apresentaram uma associação estatisticamente significativa com o IFDM dos entes públicos selecionados, permitindo constatar que informações contábeis possuem relevância na determinação do IFDM das capitais brasileiras analisadas.

A pesquisa de Santos Filho (2010) buscou verificar se o desenvolvimento humano local, expresso por indicadores sociais como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M e Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico – IDEB, pode estar relacionado com a alocação de recursos públicos nas áreas de atuação governamental. Os resultados mostraram que, exceto para o IDH-M Renda, foi possível gerar modelos de regressão que possuem um bom ajustamento aos dados, podendo servir como preditor do IDH-M futuro, a partir da alocação dos recursos públicos em algumas funções de governo e outros dados não contábeis. Ou seja, conclui-se que as despesas por função de governo, além de outras variáveis não contábeis, podem servir de *proxy* para os indicadores sociais.

Scarpin e Slomski (2006) objetivaram analisar os fatores contábeis condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na dimensão renda nos municípios do Estado do Paraná. Para atingir o objetivo da pesquisa, os autores utilizaram modelagem matemática, na tentativa de determinar as variáveis contábeis que possuem relação com o IDH-M na dimensão renda. A pesquisa concluiu que existe relevância das informações contábeis no índice de

desenvolvimento humano municipal na dimensão renda, bem como é possível fazer predição do índice com base nessas variáveis de natureza contábil.

Por fim, o trabalho de Rezende, Slomski e Corrar (2005), os quais procuraram diagnosticar e analisar as variáveis condicionantes entre as políticas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos municípios do Estado de São Paulo. Como resultado, constataram que o relacionamento entre investimentos públicos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não apresentam relacionamento linear, ou seja, os municípios que realizaram maiores investimentos não necessariamente estão no *cluster* dos que possuem melhores IDH. Logo, o fato de municípios possuírem melhores índices de desenvolvimento humano deve-se também a outros fatores que não somente aos investimentos públicos.

No que diz respeito aos investimentos públicos dos municípios brasileiros, os autores acreditam que estudos neste campo podem contribuir para a avaliação da eficiência do gasto público, possibilitando aos gestores a mensuração e avaliação do desenvolvimento social e humano dos respectivos municípios (REZENDE, SLOMSKI, CORRAR, 2005). Vale ressaltar que os pesquisadores utilizaram como embasamento teórico a teoria da agência, explicando que o cidadão no papel de principal não possui certeza se o gestor público no papel de agente está maximizando o retorno de seu capital na produção de bens e serviços, gerando, assim, uma assimetria informacional.

Levando-se em consideração o exposto acima e buscando atingir ao objetivo proposto na pesquisa, formulou-se a seguinte hipótese a ser testada:

**H<sub>1</sub>:** *Despesas municipais registradas pela contabilidade pública podem impactar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).*

Para testar tal hipótese, foi utilizado um modelo de regressão com dados em painel, o qual será especificado na próxima seção.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa e possui caráter descritivo. A ideia central consiste no cruzamento dos dados do indicador de desenvolvimento IFDM, produzido pela FIRJAN, com as despesas segregadas por função, disponibilizadas pelo Tesouro Nacional. Com isso, busca-se verificar se, no âmbito



municipal, o indicador de desenvolvimento em questão pode ser influenciado pelas despesas empenhadas e, mais especificamente, quais categoriais funcionais apresentam significância estatística nesse contexto.

O período analisado abarca os exercícios de 2005 a 2013, uma vez que os dados disponíveis relativos ao IFDM à época da coleta de dados da pesquisa abrangiam apenas tal intervalo. A amostra é composta por 252 municípios, os quais foram escolhidos pelos seguintes critérios: 1- possuir dados para a série histórica analisada; 2- estar enquadrado na categoria de município de grande porte, segundo a classificação do IBGE (mais de 100.000 habitantes) no exercício de 2005. Nesse sentido, os dados referentes ao indicador de desenvolvimento foram coletados no próprio *website* da FIRJAN e o valor das despesas empenhadas segregadas por função, por sua vez, nas plataformas FINBRA (exercícios 2005 a 2012) e SICONFI (exercício 2013), disponibilizadas no *website* do Tesouro Nacional.

Ainda no contexto da escolha das variáveis, considerou-se que, embora existam outras categorias funcionais da despesa, as dez categorias adotadas já foram testadas por Avelino et al. (2013), permitindo uma comparação entre os resultados das duas pesquisas. Além disso, julga-se que tais variáveis são adequadas para o objetivo desta pesquisa, dado o seu relacionamento com a temática de indicadores sociais e, por essa razão, não foram utilizadas todas as categorias funcionais existentes.

No que diz respeito ao modelo econométrico, utilizou-se uma regressão com dados em painel que, conforme destaca Gujarati e Porter (2011), utiliza uma combinação de séries temporais e observações em corte transversal. Identificou-se, no entanto, um problema relacionado à grandeza das variáveis, uma vez que a variável dependente é um índice que oscila entre zero e um, mas as variáveis independentes oscilam entre zero e milhões de reais. A fim de se sanar tal problema, adotou-se o modelo proposto por Books (2014), no qual utiliza-se logaritmo neperiano nas variáveis independentes. Dessa forma, obteve-se a estrutura do modelo de regressão dessa pesquisa:

$$IFDM = \alpha + \beta \ln(ADMPLAN_{it}) + \beta \ln(EDUC_{it}) + \beta \ln(CULT_{it}) + \beta \ln(HAB_{it}) \\ + \beta \ln(URB_{it}) + \beta \ln(SAUD_{it}) + \beta \ln(SAN_{it}) + \beta \ln(ASSIST_{it}) \\ + \beta \ln(PREV_{it}) + \beta \ln(TRANSP_{it}) + \mu_{it}$$

Em que:

$i = 1, \dots, 252$  (representa os municípios analisados);

$t = 1, \dots, 9$  (indica os períodos analisados: 2005 a 2013);

IFDM = Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (variável dependente do modelo);

$\alpha$  = é o intercepto do modelo;

$\beta$  = corresponde aos coeficientes angulares estimados para cada variável independente;

$\mu_{it}$  = representa os erros do modelo

As variáveis independentes do modelo encontram-se listadas abaixo:

ADMPLAN = somatório das despesas correspondentes às funções Administração, Ciência e Tecnologia e Encargos Especiais;

EDUC = despesas correspondentes à função Educação;

CULT = despesas correspondentes à função Cultura;

HABIT = despesas correspondentes à função Habitação;

URB = despesas correspondentes à função Urbanismo;

SAUD = despesas correspondentes à função Saúde;

SAN = despesas correspondentes à função Saneamento;

ASSIST = despesas correspondentes à função Assistência Social;

PREV = despesas correspondentes à função Previdência, e;

TRANSP = despesas correspondentes à função Transporte.

Ressalta-se que foram realizados os testes para a definição do modelo (teste de Chow e teste Hausman), além daqueles relacionados à heterocedasticidade e à multicolinearidade, os quais serão descritos a seguir. Ademais, salienta-se que foi utilizado o software *STATA* versão 11 para rodar o modelo econométrico e realizar os testes em questão.

No intuito de escolher o modelo mais adequado, foram, inicialmente, efetuados dois testes. Primeiramente, realizou-se o teste de Chow, cujo objetivo é indicar a melhor opção entre o modelo *pooled* e o modelo de efeitos fixos. Observando-se o resultado do teste, verificou-se um valor de 0,00000 para o *p-value*, o qual servirá de base para o julgamento concernente à aceitação ou rejeição da hipótese nula. Uma vez que  $\alpha = 0,05$ , observa-se no resultado do teste a rejeição de hipótese nula ( $p < \alpha$ ) e, conseqüentemente, conclui-se que o modelo de efeitos fixos é mais apropriado que o modelo *pooled*. Posteriormente, procedeu-se o teste de



Hausman, a fim de se definir o modelo mais apropriado entre o de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. Nesse teste, o resultado para o *p-value* foi de 0,00065, o que sugere a rejeição da hipótese nula ( $p > \alpha$ ). Por meio desse resultado, conclui-se que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado.

Além disso, foi necessário proceder a realização de alguns testes visando a garantir a adequação do modelo. O primeiro teste, está relacionado à multicolinearidade. A existência de multicolinearidade pode produzir um  $R^2$  alto e fazer com que a razão *t* de um ou mais coeficientes seja estatisticamente insignificante (Gujarati & Porter, 2011). Dessa forma, a fim de se testar a multicolinearidade, procedeu-se o teste denominado *Variance Inflation Factor* (VIF), o qual, conforme a Tabela 1, não demonstrou a existência de multicolinearidade.

Tabela 1: Teste VIF

Variáveis	VIF	1/VIF
EDUC	6,02	0,165997
ADMPLAN	4,02	0,248930
ASSIST	2,59	0,386541
SAUD	2,52	0,397491
URB	1,53	0,652661
CULT	1,48	0,676053
HABIT	1,22	0,822815
PREV	1,19	0,839919
SAN	1,08	0,922285
TRANSP	1,06	0,942547

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações do software STATA.

A análise da Tabela 1 evidencia a inexistência de multicolinearidade. Segundo Johnson e Wichern (2002), os resultados do teste VIF maiores que 10 caracterizam a multicolinearidade, o que não ocorre com as variáveis desta pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 1.

Outra premissa do modelo linear clássico é a da homocedasticidade e, por isso, fez-se necessário a realização de testes para a verificação da existência de heterocedasticidade no modelo utilizado na pesquisa. Para essa verificação, procedeu-se o teste de *White*, que possui como hipótese nula a homocedasticidade. No teste em questão, observou-se o valor de 231,02 para F, o que indica a rejeição da hipótese nula evidenciando, consequentemente, que o modelo é heterocedástico.

Diante de tal situação, uma das alternativas apontadas por Brooks (2014) é a utilização de *heteroscedasticity-consistent standard error estimates*, ou modelo com

erro-padrão robusto. Dessa forma, diante do problema de heterocedasticidade detectado, procedeu-se a regressão com base na alternativa do autor supracitado.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme relatado na seção anterior, devido ao problema de heterocedasticidade, foi utilizado o modelo com erro-padrão robusto. Os resultados provenientes de tal modelo encontram-se na Tabela 2:

Tabela 2: Modelo de efeitos fixos com erro-padrão robusto

NOTA	Coeficientes	Erro-Padrão	P-Value
ADMPLAN	0,0143685	0,010997	0,193
ASSIST	0,0003697	0,0012456	0,767
CULT	0,0006871	0,0009307	0,461
EDUC	0,0129961	0,0079481	0,103
HABIT	0,000552	0,000309	0,075
PREV	0,0005754	0,0005093	0,26
SAN	-0,0006776	0,0003461	0,051
TRANSP	0,000271	0,0003798	0,476
SAUD	-0,0010696	0,0015517	0,491
URB	0,0004169	0,0011192	0,71
Constante	0,2264953	0,1494362	0,131

$R^2 = 0,2024$ ;  $n^\circ$  observações = 2.178; número de grupos = 242.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações do software STATA.

Adotando-se um nível de confiança de 90%, depreende-se que as variáveis HABIT (habitação) e SAN (saneamento) apresentam significância estatística, de modo que é possível confirmar a hipótese testada. Logo, ressalta-se como resultado que as variáveis concernentes às despesas das funções saneamento e habitação demonstraram significância estatística no modelo utilizado, ou seja, os valores dispendidos nessas duas áreas de atuação governamental afetam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Todavia, se esses resultados forem contrastados com os apresentados no trabalho de Avelino et al. (2013), constata-se uma evidente discrepância entre os achados. Na pesquisa realizada pelos autores, as variáveis HABIT e SAN apresentam um p-value de 0,326 e 0,539 respectivamente, fazendo com que não fossem consideradas significantes. Por outro lado, as variáveis CULT (cultura) e ASSIST (assistência) apresentaram significância, o que não ocorreu nesta pesquisa. Dessa maneira, evidencia-se que a ampliação da amostra e da série temporal resulta em achados distintos. Faz-se necessário observar, entretanto, que existe uma diferença

entre os modelos utilizados nos dois trabalhos. Enquanto Avelino et al. (2013) optaram pelo modelo *Feasible generalized least squares* (FGLS), esta pesquisa empregou o *ordinary least squares* (OLS).

Sugere-se que o impacto da variável independente SAN na variável dependente do modelo (IFDM) esteja relacionada à conexão existente entre saúde e saneamento. Tal conexão pode ser verificada no trabalho de Teixeira et al. (2014), cujo objetivo é analisar os impactos das deficiências de saneamento básico na saúde pública. No que tange à variável HABIT, argumenta-se que seu impacto no indicador de desenvolvimento pode, também, estar relacionado à questões que envolvam saúde pública. Nesse contexto, Cynamon et al. (2007) discute de que maneira políticas relacionadas à habitação podem impactar na promoção da saúde pública.

Muito embora tenham sido apresentados fundamentos para o resultado envolvendo as variáveis HABIT e SAN, questiona-se o fato de outras variáveis, sobretudo aquelas que possuem uma relação direta com índice IFDM, como, por exemplo, EDUC (educação) e SAUD (saúde), não terem apresentado significância estatística. Contudo, defendem-se algumas razões para justificar essa situação, tais como: a ineficiência na gestão dos municípios, a corrupção e, ainda, o próprio desenho do modelo econométrico utilizado para a realização dessa pesquisa.

Se os municípios não forem eficientes, o aumento de recursos dispendidos nas diversas categorias funcionais pode não ser acompanhado de uma melhoria no indicador de desenvolvimento. No Brasil, os problemas envolvendo a eficiência no setor público não são novos, como também as estratégias para os combater vêm sendo desenvolvidas há muitos anos. Kिल्sberg (2017) aponta a persistência dessa ineficiência no âmbito do setor público nos dias atuais e discute as mudanças que têm surgido visando mudar esse cenário.

Uma outra variável que pode atrapalhar o desenvolvimento dos municípios e que não faz parte do modelo econométrico proposto é a corrupção, a qual tem sido objeto de diversos estudos, como os de Dreher e Schneider (2010) e Rose-Ackerman e Palifka (2016). No Brasil, os efeitos dessa variável podem ser ainda mais graves, uma vez que se verifica uma tolerância a sua existência (FILGUEIRAS, 2009). Esse fato certamente é um obstáculo para a eficiência no setor público, porquanto os desvios dos recursos a serem investidos em políticas públicas podem impedir a geração de benefícios para a população.

Além disso, verifica-se que o modelo adotado na pesquisa pode não captar o efeito de recursos despendidos que levem um certo tempo para impactar o desenvolvimento dos municípios. Nesse sentido, gastos classificados em determinadas categorias funcionais podem não impactar a variável dependente no ano em que foram realizados, mas produzir algum efeito em exercícios posteriores. Uma das soluções para essa questão, observada em um dos modelos da pesquisa de Rezende, Slomski e Corrar (2005), é a aplicação do somatório dos valores despendidos nas funções de governo em um intervalo de vários anos, em vez de se utilizar valores gastos anualmente.

Salienta-se que nessa relação pode haver uma dificuldade por parte do principal em avaliar aquilo que está sendo produzido pelo agente. Ou seja, os resultados que estão sendo produzidos pelos governantes dos municípios, por exemplo, podem não estar atendendo à vontade dos cidadãos que ali residem, sem que os mesmos, contudo, consigam notar esse fato. Esse problema da dificuldade de avaliação dos resultados do agente é denominado assimetria informacional, a qual, para Milgrom e Roberts (1992), ocorre quando uma das partes não possui informações suficientes que permitam a avaliação da *performance* dos indivíduos envolvidos.

Segundo a Teoria da Agência, quanto aos esforços do principal no sentido de tentar garantir que seus interesses estejam refletidos nas ações dos agentes, verifica-se que podem ocorrer ao menos de duas maneiras. Em primeiro lugar, tem-se o monitoramento, no qual o principal acompanha diretamente a ação do agente, e, também, a forma indireta, em que os agentes são avaliados por meio dos resultados produzidos (EISENHARDT, 1985).

Nesse contexto, as informações contábeis podem surgir como ferramentas que auxiliam os cidadãos no monitoramento das ações dos gestores públicos, de modo que o uso das mesmas em conjunto com indicadores sociais torna possível aos cidadãos verificar se os resultados produzidos pelas escolhas concernentes à alocação dos recursos públicos por parte dos governantes estão produzindo melhorias para a sociedade.

## 5. CONCLUSÃO

Na perspectiva do potencial informativo das variáveis contábeis públicas, esta pesquisa buscou integrar as informações contábeis sobre gastos públicos e o tema do desenvolvimento municipal. Nesse sentido, defende-se que a compreensão do relacionamento entre a alocação dos gastos públicos e indicadores sociais de desenvolvimento representa a possibilidade de, mediante a análise dos valores aportados em determinadas áreas de atuação governamental, inferir sobre os seus efeitos na sociedade.

O objetivo foi verificar, dentre as variáveis contábeis selecionadas, quais impactam o IFDM no âmbito dos municípios brasileiros de grande porte. A fim de atingir ao objetivo proposto, utilizou-se um modelo econométrico a partir de regressão com dados em painel. O espectro temporal delimitado no estudo abarcou todos os anos com dados disponíveis na plataforma FIRJAN à época da realização da pesquisa, ou seja, o período 2005-2013.

Como resultado, foi identificado que as variáveis concernentes às despesas das funções saneamento e habitação demonstraram significância estatística no modelo utilizado, ou seja, os valores dispendidos nessas duas áreas afetam o IFDM. Ressalta-se que o relacionamento dessas variáveis com indicadores de desenvolvimento encontra respaldo na literatura e sugere-se que o fato de não haver outras variáveis com significância estatística pode ser fundamentado em algumas justificativas, como: a ineficiência da gestão dos municípios, a corrupção e, ainda, o desenho do modelo econométrico.

Além disso, verifica-se que os achados encontram fundamentação na teoria da agência, pois uma vez que os governantes atuam devido a uma espécie de delegação de poder advinda dos cidadãos, podem trabalhar em prol dos seus próprios interesses, embora contratualmente comprometidos a realizar tarefas em favor dos cidadãos. Pode haver, também, uma dificuldade de tais cidadãos avaliarem aquilo que está sendo produzido pelos governantes, gerando a possibilidade destes não se preocuparem em trazer melhorias para o desenvolvimento da região que atuam.

Sustenta-se que as informações contábeis aliadas àquelas de cunho social podem auxiliar os cidadãos nas tarefas de monitoramento e avaliação das ações dos gestores públicos. Dessa forma, torna-se possível a verificação dos resultados das

escolhas dos governantes e, conseqüentemente, diminui-se a assimetria informacional entre principal e agente.

As limitações do trabalho referem-se ao fato de a amostra ter abarcado somente o prisma municipal e de haver restrições do período abarcado devido aos dados disponíveis na FIRJAN. Assim, sugere-se para estudos posteriores a expansão da análise do impacto das despesas públicas para os demais entes federativos em indicadores sociais, visando uma melhor percepção dos impactos das alocações de recursos por parte dos governos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C., BRESSAN, V. G. F., DA CUNHA, J. V. A. Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 7, n. 3, 2013.

BROOKS, C. *Introductory Econometrics for Finance*, 3<sup>rd</sup> edition. New York: Cambridge University Press, 2014.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

CYNAMON COHEN, S., BODSTEIN, R., CYNAMON KLIGERMAN, D., BAUMGARTEN MARCONDES, W. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12 n.1, 2007.

DREHER, A., SCHNEIDER, F. Corruption and the shadow economy: an empirical analysis. *Public Choice*, v. 144 n. 1, p. 215-238, 2010.

EISENHARDT, K. M. Control: Organizational and economic approaches. *Management science*, v. 31, n. 2, pp. 134-149, 1985.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, v. 15, n.2, pp. 386-421, 2009.

FIRJAN. *Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*: IFDM 2010. Recuperado em 13 de novembro, 2017, de <http://www.firjan.org.br>.

GUJARATI, D. N., PORTER, D. C. *Econometria Básica*-5. AMGH Editora, 2011.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007. Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica  
Numero 21, 2007.



Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2007/indic\\_sociais2007.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2007/indic_sociais2007.pdf).

JENSEN, M. C., MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and capital structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n.4, pp. 305-360, 1976.

JOHNSON, R. A., WICHERN, D. W. Applied multivariate statistical analysis. Upper Saddle River, NJ: Prentice hall, 2002.

KILKSBERG, B. Um novo paradigma em Gestão Pública. *Revista do Serviço Público*, v. 43, n.2, pp. 39-46, 2017.

MILGROM, P. R., ROBERTS, J. D. *Economics, organization and management*. New Jersey: Prentice-Hall, 1992.

NASCIMENTO, A. M., Bianchi, M. Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa. *In Congresso de Contabilidade e Controladoria da USP*, 2005.

OLIVEIRA, L. S. D. de. As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano. 2016. 103 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

REZENDE, A. J., SLOMSKI, V., CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

ROSE-ACKERMAN, S., PALIFKA, B. J. *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. Cambridge University Press, 2016.

SANTOS FILHO, M. R. D. Desenvolvimento humano dos municípios baianos: uma avaliação a partir de indicadores sociais e das demonstrações contábeis (*Dissertação de mestrado*), 2010. Universidade Federal da Bahia- UFBA, Salvador, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7427>.

SCARPIN, J. E., SLOMSKI, V. Contabilidade Pública como Instrumentos de Previsão do Índice de Desenvolvimento Humano na Dimensão Renda para os Municípios do Estado do Paraná. *ABCustos*, v. 1, n.1, 2006.

SCARPIN, J. E., SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 41, n.5, 2007.

SOUSA, R. G. D. Gastos públicos e desenvolvimento humano nos estados do Brasil (*Tese de doutorado*), 2014. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Paraíba, PB, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16833>.

SOARES, A. C. L. G., GOSSON, A. M. P. M., TEIXEIRA, V. D. S. Índice de desenvolvimento municipal: hierarquização dos municípios do Ceará no ano de 1997. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, v.97, n. (1), p. 71-89, 2011.

TEIXEIRA, J. C., DE OLIVEIRA, G. S., DE MELLO VIALI, A., MUNIZ, S. S. Estudo do impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública no Brasil no período de 2001 a 2009. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, v.19, n.1, p. 87-96, 2014.

Submetido em: 21 de março de 2019

Aceito em: 10 de dezembro de 2019